

Transparência e melhores práticas

PULAR PARA:

[Introdução](#)

[Princípios de transparência e melhores práticas na publicação acadêmica](#)

[CONTEÚDO DA REVISTA](#)

- [1. Nome da revista](#)
- [2. Website](#)
- [3. Cronograma de publicação](#)
- [4. Arquivamento](#)
- [5. Direitos autorais \(Copyright\)](#)
- [6. Licenciamento](#)

[PRÁTICAS DA REVISTA](#)

- [7. Ética na publicação e políticas editoriais relacionadas](#)
- [8. Revisão por pares](#)
- [9. Acesso](#)

[ORGANIZAÇÃO](#)

- [10. Propriedade e gestão](#)
- [11. Órgão consultivo](#)
- [12. Equipe editorial/informações de contato](#)

[PRÁTICAS COMERCIAIS](#)

- [13. Taxas de autoria](#)
- [14. Outras fontes de receita](#)
- [15. Publicidade](#)
- [16. Marketing direto](#)

[Histórico de versões](#)

[Sobre as organizações](#)

[Em outros idiomas](#)

Introdução

O Comitê de Ética em Publicação (COPE – Committee on Publication Ethics), o Diretório de Revistas de Acesso Aberto (DOAJ – Directory of Open Access Journals),

a Associação de Publicação Acadêmica de Acesso Aberto (OASPA – Open Access Scholarly Publishing Association) e a Associação Mundial de Editores Médicos (WAME – World Association of Medical Editors) são organizações acadêmicas que colaboraram para identificar princípios de transparência e melhores práticas para publicações acadêmicas. Esta é a quarta versão de um trabalho em andamento (publicado em 15 de setembro de 2022). Incentivamos a sua ampla divulgação.

Os Princípios de Transparência e Melhores Práticas em Publicação Acadêmica devem ser aplicados a todo o conteúdo publicado, incluindo edições especiais e anais de conferências. Onde as práticas se desviarem dos padrões descritos, os editores devem comunicar de forma transparente os procedimentos adotados pela revista.

Esses princípios também reconhecem que editoras (*publishers*) e editores são responsáveis por promover acessibilidade, diversidade, equidade e inclusão em todos os aspectos da publicação. As decisões editoriais devem ser baseadas no mérito acadêmico. Elas não devem ser afetadas pelas origens do manuscrito, incluindo a nacionalidade, etnia, crenças políticas, raça ou religião dos autores. As revistas devem garantir que nenhuma política crie um ambiente de exclusão para qualquer um que queira se envolver com o periódico e devem avaliar regularmente as suas políticas para inclusão.

Princípios de transparência e melhores práticas na publicação acadêmica

CONTEÚDO DA REVISTA

1. Nome da revista

O nome da revista deve:

- Ser único, de modo a não ser facilmente confundido com outra revista.
- Não induzir a erro os potenciais autores e leitores sobre a sua origem, escopo

ou associação com outras revistas e organizações.

2. Website

- Os websites devem ser devidamente suportados e mantidos, com especial atenção aos aspetos de segurança que ajudam a proteger os visitantes contra vírus e malwares.
- No mínimo, os websites devem usar https e não http, e todo o tráfego deve ser redirecionado para https. Os responsáveis pelo website devem aplicar os padrões da web e as melhores práticas éticas ao seu conteúdo, apresentação e código.
- O website não deve conter informações que possam induzir ao erro os leitores ou autores.
- O website não deve copiar o website, design ou logotipo de outra revista/editora (*publisher*).
- Se algum texto foi copiado de outro, um agradecimento ao website de origem deve ser declarado.

Além dos requisitos descritos acima, os seguintes itens devem ser claramente exibidos:

- Objetivos e escopo.
- O público-alvo da revista.
- Os tipos de manuscritos que a revista considerará para publicação (por exemplo, se publicação múltipla ou redundante não é permitida).
- Critérios de autoria.
- ISSNs (individuais para versões impressas e eletrônicas).

3. Cronograma de publicação

A periodicidade de publicação de uma revista deve ser claramente descrita, e o periódico deve seguir o seu cronograma de publicação, salvo em circunstâncias excepcionais.

4. Arquivamento

O plano da revista para backup eletrônico e preservação digital de longo prazo do seu conteúdo, em caso de a revista e/ou editora (*publisher*) encerrar suas

atividades, deve estar claramente indicado. Exemplos incluem PMC e outros listados no [Keepers Registry](#).

5. Direitos autorais (Copyright)

- Os termos dos direitos autorais (*copyright*) do conteúdo publicado devem estar claramente indicados no website e no conteúdo.
- Os termos dos direitos autorais (*copyright*) do conteúdo publicado devem ser separados e distintos dos termos dos direitos autorais do website.
- O detentor dos direitos autorais (*copyright*) deve ser indicado no texto completo de todos os artigos publicados (HTML e PDF).
- Se os termos de direitos autorais (*copyright*) forem descritos em um formulário separado, isso deve ser fácil de encontrar no website e estar disponível para todos.

6. Licenciamento

- As informações de licenciamento devem estar claramente descritas no website.
- Os termos de licenciamento devem estar indicados no texto completo de todos os artigos publicados (HTML e PDF).
- Conteúdos designados como Acesso Aberto devem usar uma licença aberta.
- As políticas de licenciamento sobre a postagem das versões do manuscrito dos autores e do artigo publicado em repositórios de terceiros devem estar claramente indicadas.

Se forem utilizadas licenças Creative Commons, os seus termos devem estar linkados à licença correta no website do Creative Commons.

PRÁTICAS DA REVISTA

7. Ética na publicação e políticas editoriais relacionadas

Uma revista deve ter políticas sobre ética na publicação (por exemplo, o [guia de Práticas Essenciais do COPE](#)). Estas políticas devem estar visíveis em seu website e devem se referir a:

- Políticas da revista sobre autoria e contribuição.
- Como a revista lidará com reclamações e contestações.
- Como a revista lidará com alegações de má conduta em pesquisa.
- Políticas da revista sobre conflitos de interesse.
- Políticas da revista sobre compartilhamento de dados e reprodutibilidade.
- Política da revista sobre supervisão ética.
- Política da revista sobre propriedade intelectual.
- Opções da revista para discussões pós-publicação.
- Políticas da revista sobre correções e retratações.

Editores e editoras (*publishers*) são responsáveis por assegurar a integridade da literatura acadêmica em suas revistas e devem garantir que eles possuem políticas e procedimentos delineados para lidar com esses problemas quando eles surgirem. Esses problemas incluem plágio, manipulação de citações e falsificação/fabricação de dados, entre outros. Nem as políticas da revista nem as declarações de seus editores devem encorajar tais más condutas, ou conscientemente permitir que tais más condutas ocorram. Caso os editores ou editora (*publisher*) de uma revista sejam informados de qualquer alegação de má conduta em pesquisa relacionada a um artigo submetido ou publicado em seu periódico, o editor ou editora (*publisher*) deve seguir as orientações do COPE (ou equivalente) para lidar com as alegações.

8. Revisão por pares

A revisão por pares é definida como a obtenção de pareceres sobre manuscritos de revisores/especialistas na área de assunto do manuscrito. Esses indivíduos não devem fazer parte da equipe editorial da revista. No entanto, os elementos específicos da revisão por pares podem diferir entre periódicos e disciplinas, portanto, o seguinte deve estar claramente declarado no website:

- Se o conteúdo é revisado por pares ou não.
- Quem conduz a revisão por pares, por exemplo, especialistas externos ou membros do corpo editorial.
- Quais são os tipos de revisão por pares usados.

- Quaisquer políticas relacionadas aos procedimentos de revisão por pares, por exemplo:
 - Uso de revisores recomendados pelo autor.
 - Qualquer ocultamento de identidades e, em caso afirmativo, quem está oculto e para quem.
 - Se materiais suplementares são submetidos à revisão por pares ou não.
 - Se os pareceres são publicados com os artigos ou não.
 - Se os pareceres são assinados ou anônimos.
- Como é tomada a decisão final sobre um manuscrito e quem está envolvido.
- Quaisquer exceções ao processo de revisão por pares, como tipos de artigos específicos que não são submetidos à revisão por pares.

Se a revisão por pares utilizada em um artigo for uma exceção à política usual, o artigo deve exibir qual tipo de revisão ele recebeu.

Os periódicos não devem garantir a aceitação de manuscritos em submissões iniciais. Declarações sobre tempos de revisão por pares devem ser suportadas pelas datas de tramitação publicadas nos artigos aceitos. Em caso de atrasos, os autores devem ser informados do motivo do atraso e comunicados que tem a opção de retirar seu manuscrito, se assim desejarem.

A data de publicação deve ser publicada em todas as pesquisas publicadas. Preferencialmente, as datas de submissão e aceitação também devem ser publicadas.

9. Acesso

Se algum conteúdo on-line não estiver acessível gratuitamente a todos, o método para ter acesso (por exemplo, taxas de registro, assinatura ou pay-per-view) deve estar claramente descrito. Se versões off-line (por exemplo, versões impressas) estiverem disponíveis, isso deve estar claramente descrito juntamente com quaisquer custos associados.

ORGANIZAÇÃO

10. Propriedade e gestão

- As informações sobre a propriedade e gestão de uma revista devem estar claramente indicadas no website da revista.
- Os nomes de organizações não devem ser usados de forma que possam induzir a erro potenciais autores e editores sobre a natureza do proprietário do periódico.
- Se um periódico é afiliado a uma sociedade, instituição ou patrocinador, links para seu(s) website(s) devem ser fornecidos quando disponíveis.

11. Órgão consultivo

As revistas devem ter conselhos editoriais ou outros órgãos consultivos cujos membros sejam especialistas reconhecidos nas áreas temáticas indicadas nos objetivos e escopo do periódico.

- Os nomes completos e afiliações dos membros devem ser fornecidos no website da revista.
- A lista deve estar sempre atualizada e os membros devem concordar em fazer parte.
- Para evitar associações a periódicos predatórios ou enganosos, as revistas devem revisar periodicamente seus quadros de editores para garantir que continuam relevantes e corretos.

12. Equipe editorial/informações de contato

As revistas devem fornecer no website da revista, os nomes completos e afiliações de seus editores, bem como as informações de contato do escritório editorial, incluindo um endereço completo para correspondência.

PRÁTICAS COMERCIAIS

13. Taxas de autoria

- Se taxas de autoria são cobradas (como taxas de processamento de artigos, taxas por página, taxas de processamento editorial, taxas de edição de linguagem, taxas por páginas em cor, taxas de submissão, taxas de associação ou outras taxas), então as taxas devem estar claramente

declaradas no website.

- Se tais taxas não existirem, isso deve ser claramente indicado.
- As informações sobre taxas devem ser fáceis de encontrar e apresentadas o mais cedo possível no processo de submissão.
- Se for provável que a revista implemente cobranças de autoria no futuro, isso deve ser declarado.
- Se a isenção de cobranças está disponível para taxas de autoria, esta informação deve estar claramente declarada.
- As informações de isenção devem incluir:
 - Quem é elegível para uma isenção.
 - Qual(is) autor(es) do grupo deve(m) ser elegível(is) para a aplicação da isenção.
 - Quando e como solicitar a isenção.
- Taxas de autor ou status de isenção não devem influenciar a tomada da decisão editorial, e isso deve estar claramente declarado.

14. Outras fontes de receita

O modelo de negócios ou fontes de receita devem estar claramente indicados no website da revista.

Exemplos incluem taxas de autoria (consulte a seção 13), assinaturas, patrocínios e subsídios, publicidade (consulte a seção 15), reimpressões, suplementos ou edições especiais.

O modelo de negócios ou fontes de receita (por exemplo, receita de reimpressão, suplementos, edições especiais, patrocínios) não devem influenciar a tomada das decisões editoriais.

15. Publicidade

As revistas devem informar se aceitam publicidade. Se aceitarem, devem declarar sua política de publicidade, incluindo:

- Quais tipos de anúncios serão considerados.

- Quem toma decisões sobre a aceitação de anúncios.
- Se eles estão vinculados ao conteúdo ou comportamento do leitor ou se são exibidos aleatoriamente.

Os anúncios não devem estar relacionados de forma alguma com a tomada das decisões editoriais e devem ser mantidos separados do conteúdo publicado.

16. Marketing direto

Quaisquer atividades de marketing direto, incluindo solicitação de manuscritos, que sejam realizadas em nome da revista devem ser apropriadas, bem direcionadas e não intrusivas. As informações fornecidas sobre a editora (*publisher*) ou sobre a revista devem ser verdadeiras e não enganosas para leitores ou autores.

Histórico de versões

- Esta é a versão 4.0 dos Princípios de Transparência e Melhores Práticas na Publicação Acadêmica
 - Versão 3.0 - janeiro de 2018
 - Versão 2.0 - junho de 2015 (no website da OASPA)
 - Versão 1.0 - dezembro de 2013 (no website da OASPA)
-

Sobre as organizações

Comitê de Ética em Publicação (COPE – Committee on Publication Ethics)

O COPE aconselha editores e editoras (*publishers*) sobre todos os aspectos de ética em publicação e, em particular, sobre como lidar com casos de má conduta em pesquisa e publicação. Ele também oferece um fórum para seus membros discutirem casos individuais. O COPE não investiga casos individuais, mas incentiva os editores a garantir que os casos sejam investigados pelas autoridades apropriadas (geralmente uma instituição de pesquisa ou empregador). Espera-se que todos os membros do COPE apliquem os princípios de ética na publicação do COPE descritos nas Práticas Essenciais.

Diretório de Revistas de Acesso Aberto (DOAJ – Directory of Open Access Journals)

A missão do DOAJ é: curar, manter e desenvolver uma fonte de informações confiável sobre revistas acadêmicas de acesso aberto na web; verificar que os inscritos na listagem estejam em conformidade com padrões razoáveis; aumentar a visibilidade, disseminação, descoberta e atração de revistas de acesso aberto; possibilitar que acadêmicos, bibliotecas, universidades, financiadores de pesquisa e outros interessados se beneficiem das informações e serviços oferecidos; facilitar a integração de revistas de acesso aberto com serviços de bibliotecas e agregadores; ajudar, sempre que possível, que editoras (*publishers*) e suas revistas atendam a padrões razoáveis para publicação digital; e, assim, apoiar a transição do sistema de comunicação e publicação acadêmica para um modelo que sirva à ciência, ao ensino superior, à indústria, à inovação, às sociedades e às pessoas. Por meio desse trabalho, o DOAJ irá cooperar e colaborar com todos os interessados trabalhando para atingir esses objetivos.

Associação de Publicação Acadêmica de Acesso Aberto (OASPA – Open Access Scholarly Publishing Association)

A OASPA é uma associação comercial criada em 2008 para representar os interesses das editoras (*publishers*) de Acesso Aberto globalmente em todas as disciplinas. Ao incentivar a colaboração no desenvolvimento de modelos de negócios, ferramentas e padrões apropriados para apoiar a publicação em Acesso Aberto, a OASPA visa ajudar a garantir um futuro próspero e sustentável para beneficiar seus membros e as comunidades acadêmicas que eles atendem. Essa missão é realizada por meio da troca de informações, da definição de padrões, do avanço de modelos, do incentivo, da educação e da promoção da inovação.

Associação Mundial de Editores Médicos (WAME – World Association of Medical Editors)

A WAME é uma associação voluntária global sem fins lucrativos de editores de revistas médicas revisadas por pares, que buscam fomentar a cooperação e a comunicação entre editores; aprimorar os padrões editoriais; promover a profissionalização na editoração médica por meio de educação, autocrítica e

autorregulação; e incentivar a pesquisa sobre os princípios e a prática da editoração médica. A WAME desenvolve políticas e recomendações de melhores práticas para editores de revistas médicas e tem um programa de estudos para editores que os membros são incentivados a seguir.

Em outros idiomas

A versão 3.0 dos Princípios está disponível em 21 outros idiomas.

Esta versão 4.0 dos Princípios está disponível nos seguintes idiomas:

- Português - Revisado por Luciano Panepucci, após tradução automática via Documentos Google.

Novas traduções da Versão 4.0 serão adicionadas aqui assim que estiverem disponíveis.